

Prólogo

1808 a 1822: foram anos decisivos de mudança. O Brasil tornou-se nação independente. Portugal substituiu a monarquia absoluta por um regime de monarquia constitucional. A meio do percurso, em 1815, a proclamação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi miragem que ajudou a compreender a inevitabilidade de dois destinos separados, ainda que irmanados pela nostalgia de um império em ruínas.

Os ensaios reunidos neste livro procuram dar conta das mudanças que ocorreram nos dois lados do Atlântico ao longo do período em análise. Os textos resultam da adaptação de artigos e capítulos de livros anteriormente publicados, agora apresentados numa sequência que permite captar o significado e a relevância de acontecimentos que marcaram o fim de um ciclo e o início de uma nova era no relacionamento (político, económico, cultural) entre Portugal e o Brasil.

O capítulo 1 analisa o contexto internacional em que ocorre a transferência da corte portuguesa para o Brasil, no início do ano de 1808. O Bloqueio Continental decretado por Napoleão contra a Inglaterra conduziu a reconfigurações do comércio internacional, das quais a França não saiu beneficiada. E Portugal também não, em virtude da perda do vínculo exclusivo que detinha em relação ao comércio com o Brasil. O império britânico foi o grande favorecido, passando a incluir a economia brasileira na sua esfera de influência.

O assunto volta a ser discutido no capítulo 2, contando agora com a apreciação dos argumentos que justificavam as vantagens da abertura dos portos brasileiros, à luz dos princípios da economia política e das doutrinas de liberalismo económico. O papel desempenhado por José da Silva Lisboa é merecedor de especial destaque.

Outro autor politicamente responsável pela transferência da corte, pela abertura dos portos brasileiros e pela assinatura dos Tratados de Amizade e de Comércio e Navegação de 1810, celebrados entre Portugal e a Grã-Bretanha, foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O seu pensamento político e económico, aplicado ao problema central da dissolução do império luso-brasileiro, é objeto de apreciação no capítulo 3.

O capítulo 4 é dedicado ao estudo da experiência de criação de uma instituição vocacionada para o apoio ao estabelecimento da corte do príncipe regente e futuro rei D. João VI no Rio de Janeiro, a nova capital do império que se desejava íntegro. O Banco do Brasil foi uma das diversas instituições então fundadas ou refundadas no Brasil e serve na perfeição como exemplo das expectativas criadas em relação à construção da soberania económica e financeira do território brasileiro.

A junção de Portugal e Brasil num único reino imperial contribuíra para alimentar a ilusão de que permanecia uma unidade política coesa que, entretanto, deixara de ter sustentação económica assente no antigo pacto colonial. Este é o tópico central em abordagem no capítulo 5, no qual se mostra o fracasso de um Reino Unido que se limitava a fazer renascer uma utopia imperial que não tinha condições políticas nem económicas para vingar.

No Brasil e em Portugal acumulavam-se tensões de descontentamento e revolta (em Pernambuco e em Lisboa). A repressão violenta que foi imposta aos insubmissos não fazia ignorar os fatores que explicavam como o clima de insatisfação poderia dar origem a uma mudança de regime. É esse o tema em discussão no capítulo 6, centrado na revolta protagonizada por Gomes Freire de Andrade em 1817.

Os capítulos 7 e 8 são dedicados à revolução liberal iniciada no Porto em 24 de agosto de 1820 e ao movimento vintista que teve como momento áureo a promulgação da Constituição de 1822. No primeiro destes capítulos, a narrativa é centrada no guião do movimento regenerador e nas vicissitudes de avanços e recuos que a revolução foi conhecendo. No capítulo seguinte, a opção é de natureza reflexiva e ensaística procurando caracterizar as diversas sensibilidades e alinhamentos políticos em presença ao longo do triénio liberal vintista.

Finalmente, o capítulo 9 retoma a questão da autonomia económica do Brasil facilitada em 1808 pela abertura dos portos, com o propósito de assinalar a importância desse momento para o processo de independência política que conheceu o seu ponto alto em 7 de setembro de 1822. Enquanto em Lisboa e no Porto se celebrava o triunfo constitucional, no Rio de Janeiro e em São Paulo assinalava-se o arranque de uma nova ordem imperial que consagrava a separação inevitável de dois reinos.

Apesar de responderem a questões de investigação distintas e de configurarem estratégias expositivas que fazem uso de metodologias de abordagem também diferenciadas, os capítulos acima sumariamente descritos inscrevem-se num pano de fundo historiográfico em que prevalece a perspectiva da história das ideias económicas. É neste campo que se perfilam as interrogações e respostas que procuro encontrar para fornecer ao leitor uma interpretação coerente dos acontecimentos que marcam o período 1808-1822. Neste sentido, os escritos económicos de José da Silva Lisboa, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ou de José Acúrsio das Neves – para me limitar aos autores que assumem presença mais regular neste livro – são fontes textuais que mobilizo com o intuito de mostrar a força das ideias económicas no desenho de soluções políticas. A utilização dos seus testemunhos escritos serve a intenção de demonstrar o seu estatuto de ideólogos, mentores e protagonistas ativos das mudanças que ocorrem entre 1808 e 1822. Podem não ter tido a capacidade ou a perspicácia para prever o desfecho e as consequências de acontecimentos que presenciaram. Porém, demonstraram a força e o poder das ideias e dos contextos em que se forjaram.

A compreensão desses contextos sociais, políticos e diplomáticos (ou seja, num horizonte que ultrapassa os problemas económicos e financeiros de natureza conjuntural) obriga a mobilizar ferramentas heurísticas da história política e da história das ideias políticas. Tal é notório, sobretudo, nos capítulos dedicados à interpretação dos significados da revolução liberal de 1820.

O que diferencia este livro é, por conseguinte, a perspectiva histórica de uma dupla focagem que incide sobre um mundo em mudança, em Portugal e no Brasil, para a qual a história intelectual das ideias económicas e políticas proporciona os principais nexos interpretativos. Não será, certamente, a única opção metodológica válida. Trata-se apenas de uma interpretação que fornece novas pistas de leitura num território abundantemente sulcado pela historiografia contemporânea.

Proveniência dos textos e agradecimentos

Os capítulos deste livro tiveram na sua origem artigos publicados em revistas ou capítulos integrados em obras coletivas. Passaram pelo crivo e escrutínio que caracterizam as publicações académicas, tendo alguns deles sido previamente apresentados em conferências ou seminários. Foram agora adaptados e abreviados, para se evitarem sobreposições temáticas. A sua dispersão em diversas plataformas de publicação académica foi a razão que me motivou a juntar as contribuições que, desta forma, adquirem um novo alcance interpretativo desses anos de mudança em Portugal e no Brasil.

Estou muito grato aos amigos e colegas, em Portugal e no Brasil, cujos comentários e sugestões permitiram melhor compreender a importância fulcral deste período 1808-1822.

Muito reconhecidamente, agradeço à Imprensa de Ciências Sociais a publicação deste livro. E agradeço também aos responsáveis editoriais das revistas e livros a seguir indicados a permissão para adaptação de textos publicados.

- Capítulo 1: «Bloqueio Continental e desbloqueio marítimo: o Brasil no contexto global das Guerras Napoleónicas». Em *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, org. José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro e José Vicente Serrão, 39-60. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- Capítulo 2: «A abertura dos portos do Brasil em 1808: dos factos à doutrina». *Ler História*, n.º 54 (2008): 9-31.
- Capítulo 3: «Free trade, political economy and the birth of a new economic nation: Brazil 1808-1810». *Revista de Historia Económica – Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 27, n.º 2 (2009): 183-204.
- Capítulo 4: «Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crónica de um fracasso anunciado». *Revista Brasileira de História*, 30, n.º 59 (2010): 167-192.
- Capítulo 5: «O Reino Unido. Em busca de um império perdido». Em *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910). Uma História Paralela de Portugal e do Brasil depois da Independência Brasileira*, coord. Rui Ramos, José Murilo Carvalho e Isabel Corrêa da Silva, 19-33. Lisboa: Dom Quixote, 2018.
- Capítulo 6: «A Conspiração de Gomes Freire: enquadramento político e económico». Em *Gomes Freire e as Vésperas da Revolução de 1820*, coord. Miriam Halpern Pereira e Ana Cristina Araújo, 89-104. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2018.
- Capítulo 7: «A revolução liberal de 1820: guião de uma revolução inacabada». *Almanack* (Guarulhos), 30 (2022): 1-37.
- Capítulo 8: «As sensibilidades políticas do vintismo». *Ler História*, n.º 81 (2022): 165-184.
- Capítulo 9: «Da liberdade económica à independência política do Brasil (1808-1822)». *Topoi* (Rio de Janeiro), 23, n.º 51 (2022): 681-698; e «A economia e o enquadramento internacional do império luso-brasileiro (1808-1822)». Em *As Singularidades da Independência do Brasil*, AA.VV., 47-77. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão e Instituto Camões, 2022.